



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## INSTRUÇÃO DO PERÍODO

**Processo TC** 5153/989/18  
**Poder** LEGISLATIVO  
**Município** Arujá  
**Entidade** CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ  
**Período** 06/2018  
**Relator** Dr. Sidney Estanislau Beraldo  
**Unidade Fiscalizadora** 03ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO  
**Responsável** ABEL FRANCO LARINI  
**Cargo** PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
**CPF** 286.381.768-05  
**Período de Gestão** 01/01/2018 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções N°2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

### 1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## 2 - Assunto de Fiscalização: LRF

### 2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces

CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ	R\$ 120.000,12	R\$ 272.332,23
---------------------------	----------------	----------------

### Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ	R\$ 0,00	R\$ 377.023,21	R\$ 15.309,14

### Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 98.083,16

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

## 2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2018	R\$ 7.598.982,04	R\$ 267.245.286,81	2,8434%	2,8434%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 6/2018, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,8434%, sendo este o percentual a ser observado nos meses seguintes para fins de verificação do atendimento ao disposto no art.21, parágrafo único da LRF, devendo o Poder em questão ser alertado para conhecimento do mesmo.

## 2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 1.780.391,56
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 62.727,85
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 2.054.297,50
(=) Liquidez do Período	R\$ -336.633,79
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 7.288.392,20
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 6.951.758,41
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0,00
(=) Liquidez Projetada	R\$ 0,00

Embora o resultado acima projetado para o exercício, apresente equilíbrio, a situação atual de liquidez revela-se desfavorável, fato esse que merece toda a atenção da Administração, ensejando o acompanhamento para que a situação projetada se mantenha, devendo ser alertada quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 42,76%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 7.147.607,80
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 0,00
Despesas com folha de pagamento	R\$ 3.056.438,54
<b>Despesa com folha/Transferências realizadas</b>	<b>42,76%</b>
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

## 2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 204.128.393,04
Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 207.998.626,92
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 908.480,68
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
<b>Apuração do limite (sem CIP)</b>	<b>0,45%</b>
<b>Apuração do limite (com CIP)</b>	<b>0,44%</b>

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,44%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.  
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

## 2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	85199
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 204.128.393,04
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 207.998.626,92
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 14.559.903,88
Total de Despesas do exercício	R\$ 7.484.241,59
<b>Percentual Apurado (sem CIP)</b>	<b>3,67%</b>
<b>Percentual Apurado (com CIP)</b>	<b>3,60%</b>

(\*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 3,60%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.  
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

## **3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP**

### **3.1 - ANALISE OCP**

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração:** 06/09/2018  
**Hora da Geração:** 21:54:07